

Estou cansado de ouvir discursos sobre educação que não se transformam em práticas. É muito falatório para pouco resultado. Julgo-me pragmático. Daí surge meu inconformismo com a situação atual do nosso país e com diversos segmentos, no qual a educação ora é tratada como solução para as mazelas sociais, ora é utilizada como instrumento de promoção política.

Recentemente, os jornais noticiaram a autorização precária de curso de medicina, sem a competente autorização das instâncias legalmente competentes, no caso o MEC. Nos discursos dos defensores dessa prática, o desenvolvimento regional estaria acima dos regramentos jurídicos. É interessante observar a criatividade dos gestores públicos quando tentam dar ares de constitucionalidade a algo eivado de inconstitucionalidade. É uma beleza!

É verdade que a crise na saúde pública se dá também pela falta de médicos no mercado. Mas, daí a aceitarmos a criação de instituições de ensino que querem ser públicas estaduais para se livrarem do crivo do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), mas, particulares, para usufruírem do “ensino público não-gratuito” é outra conversa. O código penal tipifica bem essa conduta. Sabem disso os penalistas. Já o atual fechamento “branco” de novos cursos de medicina é pura reserva de mercado do segmento.

Estou criando a expressão “ensino público não-gratuito”. Uma nova modalidade criada pelos (des) engenheiros da educação no Brasil. E não combatida pelos setores da sociedade responsáveis em proteger a Constituição de 1988. O interessante é que a Lei realmente parece que nasceu para não ser cumprida. A Lei não é para todos. Se a LDB/1996, em seu Art. 47, estabelece que na educação superior o ano letivo deve ter 200 dias de trabalhos acadêmicos efetivos, e o Estado aprova instituições públicas estaduais com aulas somente aos sábados, que nome poderemos dar a essa prática?

A educação a qualquer custo não é a solução para o nosso país. Precisamos ter seriedade na condução das políticas voltadas para a educação. Estou esperando a implementação dos computadores de 100 dólares no Nordeste até hoje. Não temos telhados nas escolas, nem se quer professores. O que fariam nossos alunos com seus computadores?

Fico imaginando, por exemplo, um aluno de uma cidade qualquer do Sertão pernambucano, tentando entender o que significa a tecla “enter” ou a “tab”. Principalmente, quando sabemos das precárias condições de aprendizagem e dos baixos salários pagos aos docentes.

E a falta de bibliotecas nas cidades brasileiras? Lê-se pouco. Fala-se mal. E vota-se errado. O analfabetismo é a principal fonte de votos dos maus políticos. Passados os anos de “chumbo”, da ditadura militar, o que foi efetivamente feito em favor da educação em nosso país pelos socialistas? Ou pelos liberais?

Na educação superior, retornando ao assunto inicial, a moda é a intervenção políticas das corporações no ensino. E a iniciativa privada é tratada como um “mal educacional”, quando é de interesse de seus líderes. Instituição particular ruim deve ser fechada. Mas, as públicas na mesma condição também. O ensino público gratuito deve ser somente para os comprovadamente pobres. Isso se chama justiça social.

A (Des)Engenharia da educação

Escrito por Inácio José Feitosa Neto
Qua, 02 de Abril de 2008 21:00

Aos (des) engenheiros da educação, meus sinceros agradecimentos por serem fontes constantes para meus artigos. Sem eles não teria condições de escrever uma única linha. Obrigado pela inspiração desse escrito.